CÂMARA MUNICIPAL DE POMPÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

Processo N.o 18.432/94 **Data** 24.10.94

Projeto de Lei nº 77/94

Autor PREFEITO MUNICIPAL DE POMPÉIA

Assunto

Autoriza o Prefeito Municipal de Pompéia a proceder doação de área de terreno urbano pertencente à classe dos bens patrimoniais disponíveis no Município e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

À Comissão de Justiça e Redação. Em 27/10/94 ..... Diretor da Secretaria			

Resultado

Aprovado por Unanimidade votos

Rejeitado por ____ a ____ votos

Pompéia, 31/10/94

Presidente

Aprovado por ____ a ____ votos

Rejeitado por ____ a ____ votos

Pompéia, ____/____/____

Presidente

Autógrafo N.o

Observações:

Lei N.o 1644 **de** 7/11/94

Arquivado em ____/____/____

Diretor da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA

Estado de São Paulo

OF. 726/94

Pompéia, 24 de outubro de 1994.

G.P.

PROTOCOLO
Nº 18.432
24 / 10 / 94
Diretor de Secretaria

Senhor Presidente:-

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo projeto de lei que "Autoriza o Prefeito Municipal de Pompéia a proceder doação de área de terreno urbano pertencente à classe dos bens patrimoniais disponíveis no Município e dá outras providências", a fim de ser submetido à douta apreciação do ilustre plenário dessa Colenda Câmara Municipal.

A doação ora proposta é destinada à firma JOSE AMORIM DA SILVA POMPEIA-ME que pretende ampliar suas instalações de Comércio Varejista de Artigos para Serviços de Mesa, Copa e Cozinha, estando atualmente estabelecido no Núcleo Habitacional Tufic Baracat.

Esta Administração apresenta a presente propositura, prosseguindo na sua meta de dar todo incentivo às pequenas e micro empresas estabelecidas neste município, dando o apoio necessário para que as mesmas tenham a oportunidade de ampliarem suas instalações, gerando novos empregos.

Nestas condições, solicitamos seja o presente projeto de lei apreciado e votado em regime de urgência pelo nobre plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Aproveitamos da oportunidade para apresentar os protestos de alta consideração e estima.

ALVARO JANUARIO
Prefeito Municipal

Ao Senhor
DR. MARIO GONÇALVES GAMERO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
POMPEIA - SP

PROJETO DE LEI Nº 77/94.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE POMPEIA A PROCEDER DOAÇÃO DE AREA DE TERRENO URBANO PERTENCENTE A CLASSE DOS BENS PATRIMONIAIS DISPONIVEIS NO MUNICIPIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A CAMARA MUNICIPAL DE POMPEIA DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a alienar, por doação pura e simples, o lote de terreno urbano sob nº 03, da Quadra D, localizado na Av. Nestor de Barros, à firma JOSE AMORIM DA SILVA POMPEIA-ME, Inscrição Municipal nº 3.148, estabelecida na Av. Nestor de Barros, nº 236, Núcleo Habitacional Tufic Baracat, município e comarca de Pompéia, Estado de São Paulo, para construção de prédio para instalação de Comércio Varejista de Artigos para Serviços de Mesa, Copa e Cozinha, cujo lote tem as seguintes medidas e confrontações:- pela frente confronta com a Av. Nestor de Barros, na distância de 10,00 metros, distando 21,00 metros da Rua Projetada; pelos fundos confronta com a Fazenda Jacutinga, na distância de 10,00 metros; pela direita, de quem de frente olha o imóvel, confronta com o lote nº 04, na distância de 20,00 metros e pela esquerda, de quem de frente olha o imóvel, confronta com o lote nº 02, na distância de 10,00 metros, englobando uma área de 200,00 metros quadrados, avaliada em 24 de outubro de 1994, no valor de R$ 1.600,00 (hum mil, seiscentos reais).

Parágrafo Único - A doação é feita para que a donatária se utilize do imóvel doado exclusivamente para a finalidade prevista, ficando revogada de pleno direito se lhe for dada destinação diversa da que está expressa neste artigo.

Artigo 2º - A donatária deverá proceder o inicio da execução e conclusão da obra dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos e não poderá alienar o imóvel doado após a efetiva construção no prazo de 05 (cinco) anos.

Artigo 3º - A prorrogação de prazo, quando necessária, para término das obras constantes do projeto, somente será autorizada pelo Executivo, mediante a requerimento da donatária, comprovando através de vistoria procedida pelo Setor de Obras da Municipalidade, a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo 1º - Sem dispensa da vistoria que trata o "caput" do presente artigo, o pedido de prorrogação de prazo deverá obrigatoriamente ser instruido com laudo técnico comprobatório da fase em que se encontra a obra, bem como o percentual executado em relação ao projeto originário.

Parágrafo 2º - A não edificação no prazo de que trata o artigo 2º da presente Lei, virtuado ou ocasionado por motivo de caso fortuito ou força maior, sem prejuízo da exigência do artigo 3º, será prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses.

Parágrafo 3º - O não cumprimento dos prazos previstos nesta lei, inclusive os concedidos através dos pedidos de prorrogação para edificação da obra, reverterá, o imóvel, objeto da doação, ao Patrimônio Público, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, bem como, não cabendo qualquer indenização pelas benfeitorias ali introduzidas.

Parágrafo 4º - Das escrituras públicas deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel doado para a finalidade a que se destina.

Artigo 4º - As despesas decorrentes das lavraturas das escrituras, bem como os respectivos registros no Cartório de Registro de Imóveis, correrão por conta exclusiva da donatária.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

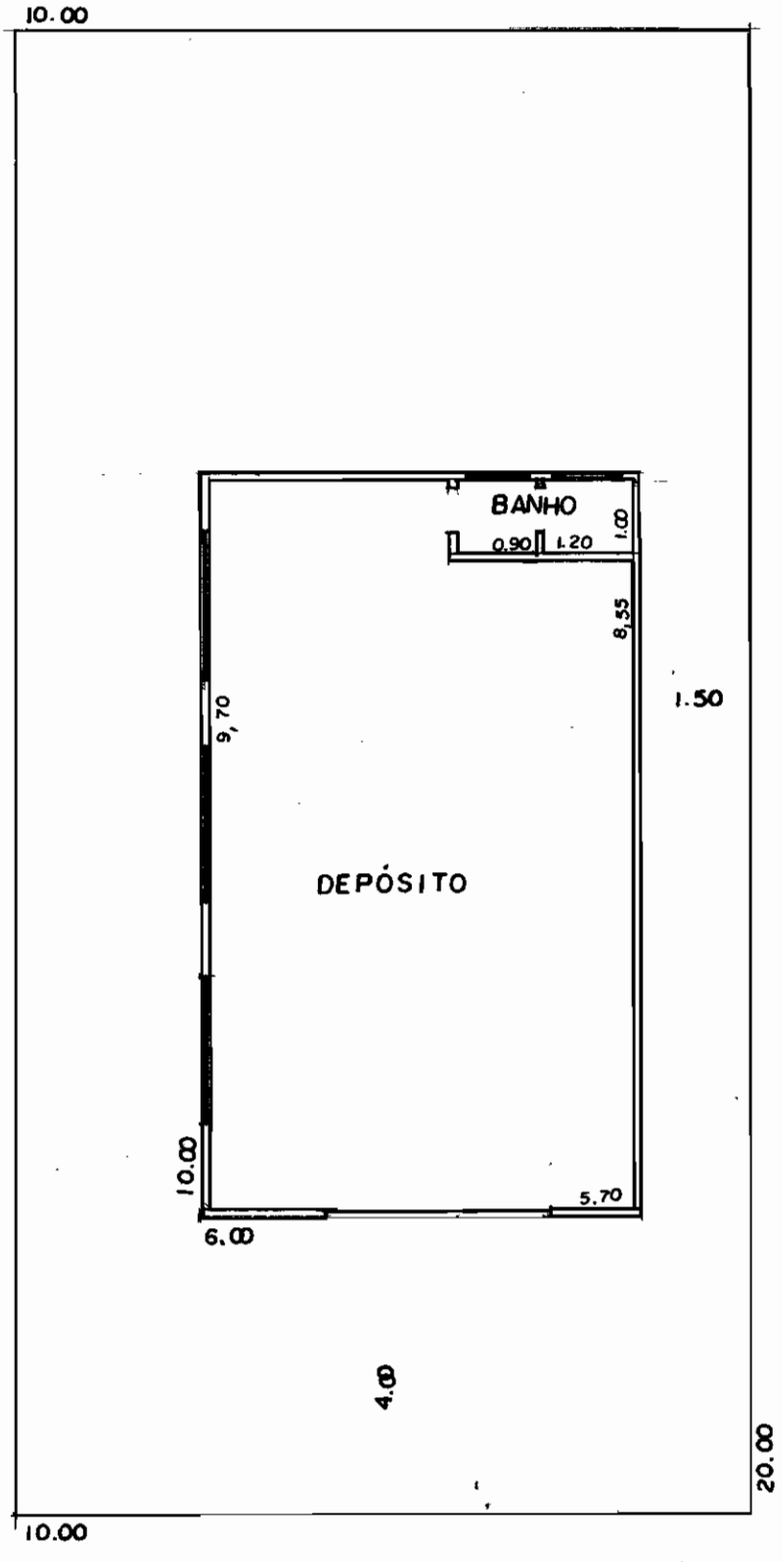
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1994.

ALVARO P. JANUARIO
PREFEITO MUNICIPAL

AUTOGRAFO Nº
LEI Nº_____ DE___/___/___
DOA1

ANTE PROJETO

A CONSTRUIR = 60.00 m^2



P/ Suely de Fátima Gonçalves Silva
JOSE AMORIM DA SILVA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA .....

Processo n.o ..... **Parecer n o** .....

Projeto de .....

Assunto: .....

.....

.....

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E FINANÇAS

Processo n.o 18.432/94. Parecer n o

Projeto de Lei nº 77/94.

Assunto: Autoriza o Prefeito Municipal de Pompéia a proceder doação de área de terreno urbano pertencente à classe dos bens patrimoniais disponíveis no Município e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei foi devidamente analisado pela Comissão de Justiça e Redação que o declarou legal e constitucional, esclarecendo que foi suspensa a eficácia da expressão "permitida exclusivamente para outro orgão ou entidade / da Administração Pública" contida na letra "b" do inciso I do artigo 17 da Lei nº 8666/93, através de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta da inconstitucionalidade.

No que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, entendemos que a presente doação virá de encontro ao interesse público, pois, a construção de mais uma micro empresa, para comércio varejista de artigos para serviços de mesa, copa e cozinha trará muitos beneficios para a coletividade, principal-- mente na criação de novos empregos.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 94

Carlos Loncarovich

Odair Roque Botter

Massao Hayashi

José Marques Campoy

Valdir Cervelin

Francisco Pereira Simões